

Tiago Lopes de Andrade Lima

Finanças (In)Sustentáveis no Brasil

A Regulação ESG no Mercado Financeiro
à Luz da Sustentabilidade Forte

Prefácio de John Elkington

“O conceito de greenwashing culposos proposto por Tiago avança significativamente o debate sobre ESG no Sul Global.”

John Elkington, criador do Triple Bottom Line e referência mundial em sustentabilidade corporativa.

EDITORA LUMEN JURIS
RIO DE JANEIRO
2026

Sumário

Prefácio	IX
Apresentação	XIII
Introdução	1
1 Aspectos científicos do ESG nas atividades potencialmente poluidoras	9
1.1 O aspecto ambiental.....	12
1.2 O aspecto social	19
1.3 O aspecto da governança	26
1.4 A Regulação ESG voluntária: uma análise crítica das normas IWA 48:2024 e ABNT PR 2030:2022	31
2 Capital natural, circularidade, Capital social e finanças: Convergências e Contrapontos científicos	37
3 Sustentabilidade forte e mudanças climáticas: fundamentos científicos e os limites da sustentabilidade autodeclarada	45
4 O ESG no mercado financeiro: regulação normativa e fundamentação científica	53
4.1 O papel dos Bancos Centrais.....	56
4.2 As normas ESG no Mercado Financeiro Europeu.....	63
4.3 As normas ESG no Mercado Financeiro Brasileiro.....	69
5 ESG: entre a conformidade formal e a lacuna científica	77
6 A Sustentabilidade forte como paradigma teórico para o setor financeiro	83
6.1 A dupla materialidade e o desafio da avaliação integrada	90
6.2 O risco do greenwashing culposo e das metas autodeclaradas.....	95
6.3 Contribuição das normas não vinculantes como instrumento para uma sustentabilidade científica no setor financeiro: análise da norma ABNT PR 2030:2022, da IWA I48:2024 e do SBTi.....	100

6.3.1 SBTi: metas científicas e o desafio da padronização climática.....	101
6.3.2 IWA 48:2024: padronização global com ressalvas	104
6.3.3 ABNT PR 2030:2022: um vetor potencial em direção à sustentabilidade forte.....	106
6.3.4 Considerações finais: normas voluntárias como vetores de transição para uma sustentabilidade forte.....	110
6.4 Risco reputacional e ESG no mercado financeiro: alcance e limites dos mandatos e do dever fiduciário.....	114
7 A Regulação Europeia de finanças sustentáveis: avanços e limites	123
7.1 A taxonomia verde, o princípio do no significant harm e a dupla materialidade na União Europeia.....	124
7.2 Limites institucionais e riscos de Greenwashing na regulação europeia.....	127
8 A Regulação ESG no mercado financeiro brasileiro como mecanismo reativo e reputacional: a sustentabilidade fraca como referencial implícito	133
8.1 Entre o discurso e o compromisso: um olhar crítico sobre as regras ESG na União Europeia e no Brasil	143
8.2 Os Relatórios das Instituições Financeiras.....	147
8.2.1 Análise do Relatório do Banco A.....	149
8.2.2 Análise do Relatório do Banco B.....	151
8.2.3 Análise do Relatório do Banco C.....	152
8.2.4 Considerações sobre os Relatórios, sob a perspectiva ESG e da sustentabilidade forte, fraca ou integrada.....	153
Considerações finais.....	159
Referências	165
Lista de quadros.....	187
Lista de figuras.....	189
Lista de tabelas.....	191
Lista de abreviaturas e siglas	193
Material Complementar	197